

**PRÉ-TESE DO JUNTOS! E INDEPENDENTES PARA O
53º CONUNE**

**"VAI VIRAR A MARÉ: ESSA LUTA É
O QUE NOS UNE"**



ABRIL DE 2013

PRÉ-TESE DO JUNTOS! PARA O 53º CONUNE

ÍNDICE:

0. VAMOS JUNTOS! VIRAR ESTA MARÉ

1. EM DEFESA DE UM OUTRO PROJETO DE EDUCAÇÃO: VAI VIRAR ESSA MARÉ

- 1.1. Um balanço dos últimos anos
- 1.2. Quanto vale o ensino superior brasileiro?
- 1.3. O que está em jogo no novo Plano Nacional de Educação?
- 1.4. O que vem por aí?
- 1.5. Democracia nas universidades já
- 1.6. Fortalecer a luta por democracia e diretas para Reitor em todo Brasil
- 1.7. Da minha vaga eu não abro mão!
- 1.8. Acessibilidade também é democracia
- 1.9. **JUNTOS!** Contra a privatização dos Hospitais Universitários
- 1.10. Democracia Real também no acesso
- 1.11. Das cotas raciais à eliminação do racismo nas universidades: ousar, lutar e vencer.

2. COMISSÃO DA VERDADE E MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

- 2.1. Rediscutir a transição brasileira: a comissão da verdade e a luta por justiça

3. EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE E PELO PASSE-LIVRE

- 3.1. Em todo o Brasil a luta contra o aumento das passagens ganha força e juntos é possível vencer
- 3.2. Em Porto Alegre a luta da juventude virou a Maré

4. A LUTA DAS MULHERES FAZ VIRAR A MARÉ

- 4.1. A mulher na universidade
- 4.2. A mulher no movimento estudantil

5. NA LUTA POR DIREITOS SOMOS TODOS LGBTS INDIGNADOS

6. MOVIMENTO ESTUDANTIL: NOSSAS LUTAS E NOSSOS DESAFIOS

- 6.1. Vai virar a Maré: as lutas da juventude rumo ao 53º CONUNE!
- 6.2. A juventude governista está na contramão das lutas
- 6.3. Democracia também no movimento
- 6.4. ANEL/PSTU: de que lado você samba?
- 6.5. As lutas estão virando a Maré: construir uma forte unidade da Oposição de Esquerda na

UNE!

APRESENTAÇÃO

Vamos **JUNTOS!** virar esta maré

A seguir você se deparará com algumas páginas que representam um empenho coletivo do **JUNTOS!** para apresentar uma aprofundada análise da situação da educação no país e também das principais bandeiras erguidas recentemente pelo movimento estudantil brasileiro. Talvez possa parecer a princípio um documento longo, mas ele é resultado de muitos debates, de nossas jornadas e das nossas lutas cotidianas. A partir do I Seminário de Política Universitária do **JUNTOS!** (março de 2013), uma equipe dedicou-se a retomar as elaborações que acompanham nosso coletivo desde sua fundação e combiná-las com a uma atualização de nossa leitura sobre a conjuntura educacional brasileira e das lutas atuais do movimento estudantil.

Com este documento, o **JUNTOS!** se propõe a alcançar alguns objetivos: a) embasar, através de uma leitura crítica, ampla e aprofundada, a luta que nossos estudantes travam em defesa da educação desde suas escolas e universidades; b) contribuir com a atualização da análise da situação educacional feita pelo campo da oposição de esquerda dentro do movimento estudantil; c) identificar os principais problemas da educação no país hoje e traduzi-los em propostas e bandeiras de nossas lutas reivindicatórias; d) desmitificar a campanha ideológica e demagógica que o Governo Federal, os governos estaduais e seus representantes dentro do ME fazem acerca da educação no país; e) impulsionar os esforços de milhares de estudantes que lutam por uma educação de qualidade, crítica e libertadora e que este documento auxilie na legitimação e defesa destas lutas. O objetivo “éfe”, o principal para o momento que vivemos, apresentaremos abaixo.

Portanto, as elaborações expressas neste documento são herdeiras de uma longa jornada em defesa de uma universidade de outro tipo, formuladora de um pensamento crítico, comprometida com a transformação social, espaço de um saber libertador e palco de importantes lutas que serviram como inspiração para grandes transformações em nosso país (como na campanha “Petróleo é Nosso”, contra a ditadura militar e pela democratização e no Impeachment de Collor). A partir de então pretendemos que esta herança não apenas se materialize e se atualize nas páginas a seguir, mas sirva como subsídio para um novo tipo de movimento estudantil. Um movimento que tem dado mostras da sua nova vitalidade e de sua capacidade de criação, elaboração e resistência, como foi na greve das universidades federais de 2012; ou na PUC-SP por mais democracia; na participação deste movimento nas lutas contra os aumentos da tarifa do transporte público, a exemplo da recente vitória de Porto Alegre; ou no apoio de parcela importante dos estudantes à greve de professores das universidades particulares do Rio de Janeiro.

A exemplo das grandes mobilizações juvenis que são cada vez mais frequentes pelo mundo, no Brasil a juventude tem rompido a aparente apatia e desinteresse. Multiplicam-se manifestações e protestos de todo o tipo. Nós do **JUNTOS!** pretendemos que esta nova onda juvenil se transforme numa grande maré. Apostamos na mobilização da juventude. Temos tido fortes demonstrações que o jovem está disposto a ir para as ruas, defender seus direitos e lutar por outro futuro. Sendo assim, torna-se imprescindível que a UNE, a histórica entidade estudantil brasileira, torne-se parte deste grande movimento que vem surgindo. Infelizmente, sob a direção da juventude do PCdoB (UJS) e da

juventude petista, nossa entidade estudantil já há mais de uma década mais parece um ministério que advoga em nome dos interesses do Estado, em especial nestes últimos anos de PT, do que uma entidade representativa dos interesses dos estudantes.

No final de maio deste ano, acontecerá o 53º Congresso da UNE (CONUNE), e nós do **JUNTOS!** apostamos que esta maré indignada possa inundar as salas de aula e as universidades e mudar a cara deste congresso e da própria UNE. O mais importante fórum de nossa entidade estudantil precisa deixar de ser um jogo de cartas marcadas e expressar a efervescência dos debates e das mobilizações que ocorrem hoje dentro e fora das salas de aula. E, no final das contas, este é o objetivo principal desta pré-tese, aquecer os motores do debate estudantil, calibrar nossas propostas e elaborações e servir como ponto de partida para todos aqueles estudantes que se juntarão num grande bloco de oposição de esquerda à direção majoritária da UNE. Vamos **JUNTOS!** virar esta maré!

Boa leitura e bom debate!

Comissão Editorial

1. EM DEFESA DE UM OUTRO PROJETO DE EDUCAÇÃO: VAI VIRAR ESSA MARE

1.1. Um balanço dos últimos anos

Em 2012, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chegou a afirmar que o investimento de 10% do PIB para educação pública quebraria o país. Essa afirmação, ao invés de dizer respeito somente à educação, reflete a política adotada pelo governo federal como um todo. Não se prioriza o investimento nas áreas sociais. E o que vemos é a transferência de recursos públicos para o setor privado. O valor comprometido com a dívida pública em 2012 correspondeu a 47,19% do orçamento da União, enquanto o investimento educação ficou em torno de 3,18% de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida.

Durante os anos 90, com o fortalecimento do neoliberalismo, a educação deixa de ser vista como um direito, para ser tratada como serviço em nosso país. Neste contexto, cresceram os grupos empresariais no ensino superior. A reforma universitária implementada no governo Lula e intensificada pelo governo Dilma, fortaleceu ainda mais a iniciativa privada na educação.

O REUNI, projeto de expansão das universidades federais sem garantia de investimento, que ano passado completou 5 anos, em especial, é responsável pela atual situação precária do ensino superior público no país. Fruto disso, o movimento dos estudantes, servidores e professores organizou ano passado a maior greve dos setores da educação superior que o país já viu.

As universidades públicas hoje entram em colapso. De acordo com o MEC, de 2003 a 2010 foram criados 126 campi, somando 274 no total. Em 2011 a 2012, a previsão era de 20 campi. Em 2013 e 2014 a previsão era de mais 27 campi. Desde o início, 14 novas universidades foram criadas. Com essa expansão, sem garantia de financiamento, abriu-se um espaço para as fundações e parcerias público-privadas nas universidades. O número de alunos por professor dobrou, a permanência estudantil e a própria estrutura física para ampliação dos cursos não foram garantidas.

O REUNI traz uma situação contraditória. Muitos estudantes e cidades só puderam vivenciar uma universidade pública através do programa. No entanto, muitos desses estudantes garantindo a sua vaga não conseguem permanecer na universidade devido à ausência de políticas que assegurem sua permanência.

Ainda assim, o acesso ao ensino superior é uma dificuldade para os jovens brasileiros. Quando falamos de ensino público e presencial, a situação é ainda mais alarmante. De acordo com o MEC, o número de alunos matriculados no ensino superior em 2009 era 5,95 milhões, sendo 4,43 milhões em rede privada e 1,52 milhões em rede pública. Já o número de alunos matriculados em instituições federais de ensino à distância (2009) era de 86 mil. O PNAD de 2009 mostra que a parcela dos jovens nas universidades, entre 18 a 24 anos não chega a 20%.

Desta forma, mesmo com a política de cotas, as universidades públicas de ensino presencial ainda são de usufruto de uma pequena camada de jovens no país. Em contrapartida, ao invés de maiores investimentos no ensino público superior, quem recebeu maiores incentivos do governo federal foram as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, através do PROUNI e do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil). Em 2011, o número de mantenedoras e IES pagas com adesão ao FIES eram de 2249. De acordo com a associação de mantenedoras, os contratos firmados em 2009 (CAIXA) somam 32 mil, em 2010 (FNDE) 74 mil, e em 2012 (FNDE) computa-se 32 mil contratos só até

fevereiro. Em notícia da Agência Brasil de 2013, se mostra que o Banco do Brasil fechou mais de 80 mil contratos com o FIES. Com isso, o total de financiamentos contabiliza R\$ 11,3 bilhões desde que o BB passou a operar o FIES, em agosto de 2010.

1.2. Quanto vale o ensino superior brasileiro?

O ano de 2012 foi marcado pela farra das fusões, aquisições e compras bilionárias no setor da educação. Os casos mudam de nome, mas as histórias são as mesmas. São sempre grupos empresariais que são diretamente vinculados a bancos estrangeiros e ao Banco Mundial, e recebem aportes financeiros de valores astronômicos para o investimento no negócio da educação no Brasil, chegando a quintuplicar seus lucros ano após o ano de aquisição. A estratégia destes conglomerados após adquirir alguma instituição é sempre igual: reduzem os custos, demitem professores de maior titulação, fecham unidades, superlotam as salas de aula, e principalmente, implantam definitivamente as aulas de Ensino à Distância (EAD) em todo o currículo, precarizando totalmente o processo educacional.

Três exemplos são suficientes para mostrar quanto vale o ensino superior brasileiro. Primeiro temos a multinacional norte-americana *Laureate*, uma das primeiras a adquirir instituições de ensino brasileiras. Além de ter empresas próprias em mais de 30 países só explorando a educação, no Brasil a *Laureate* é dona da Universidade Anhembi Morumbi, BSP – Business School São Paulo, Centro Universitário IBMR; ESADE – Escola Superior de Administração, Direito e Economia; Centro Universitário do Norte (Uninorte), Universidade Salvador (Unifacs), Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), Universidade Potiguar (UnP); Faculdade dos Guararapes (FG) e Faculdade Unida da Paraíba (UNPB). Outro exemplo, não tão distinto, é o da *Kroton Educacional*, que é um dos grupos que mais cresce no país, estando presentes em todos os Estados da federação, e apresentou um lucro líquido de R\$ 61 mi no terceiro trimestre de 2012; isso significa um crescimento de mais de 194% em relação ao mesmo período do ano passado. Por fim, não pode-se deixar de citar o grupo *Anhanguera Educacional*, que ao mesmo tempo que disputa o ranking de maior empresa educacional do país, é campeã disparado no número de reclamações e processos administrativos referentes a qualidade, estrutura dos cursos, e ao não pagamento de professores, que em quase todas as suas unidades entraram em greve, reivindicando salários atrasados. Essa é a receita com a qual o Brasil vem se tornando o paraíso financeiro para o investimento de capitais internacionais em educação, ao mesmo tempo em que sucateia a qualidade e transforma direitos em serviços.

Nesta lógica, com o discurso de ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda egressos do ensino público, foi instituído em 2005, por meio da lei 11.096/2005, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), garantindo a concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais de 50% ou 25% em instituições privadas de ensino. No entanto, se vemos a inclusão de certa parcela de jovens, o PROUNI beneficia os empresários da educação, não garante permanência aos estudantes e muito menos a qualidade do tripé graduação, pesquisa e extensão.

De acordo com a lei, a adesão das faculdades privadas no programa garante a isenção de diversos tributos como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Somadas, garantiram uma isenção tributária na ordem de R\$700 milhões aos empresários do ensino só no ano de 2012. Para além das isenções já

existentes, em julho de 2012, através da lei 12688/2012, o governo possibilitou às IES (Instituições de Ensino Superior) privadas a conversão de 90% das suas dívidas tributárias federais em bolsas PROUNI, o que corresponde a aproximadamente R\$ 15,7 bilhões, deixando claro que o ensino superior público, democrático e de qualidade, está longe de ser uma prioridade do governo diante da sanha do mercado do ensino.

1.3. O que está em jogo no novo Plano Nacional de Educação?

Atualmente acompanhamos nos jornais o debate em torno do financiamento da educação. Se é quase um consenso que a situação da educação no país é caótica, não é consenso, muito menos no congresso nacional, que é com financiamento que podemos reverter esse quadro. Até agora a aprovação do PNE está travada no Senado devido à falta de acordo entre as modestas mudanças do governo federal, e os interesses da iniciativa privada, que usa seu braço político para diminuir os investimentos no setor público.

No entanto, se precisamos de unidade para aprovação da destinação de 10% do PIB para educação, precisamos garantir que este seja destinado exclusivamente para educação pública. O Governo segue errando ao não radicalizar os investimentos em educação pública, e continuar dando apoio à iniciativa privada, reforçando programas como Pronatec (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego), FIES e Prouni, que aportam recursos públicos em instituições privadas, provocam o endividamento popular para com estas instituições de ensino que são quase sempre de péssima qualidade, em detrimento de investimento na ampliação real de atendimento em instituições públicas.

Se na década passada o PROUNI foi uma tábua de salvação para instituições privadas, o novo PNE proposto pelo governo garante a sua expansão através da ampliação do FIES. Isso porque o texto do projeto de lei que rege o novo plano fala explicitamente de expansão do FIES para as licenciaturas e pós-graduações strictu-senso, áreas antes restritas à atuação pública. Além do apelo frequente à “colaboração” de entidades privadas, como as fundações nas universidades. Sabemos que, infelizmente, em grande parte das Faculdades Particulares, não existe uma preocupação séria com o desenvolvimento de pesquisas e muito menos de extensão, já que estes não possuem um retorno financeiro garantido. Desta forma, respaldadas hoje pelo PROUNI, muitas destas instituições atendem à demanda das carreiras da moda, produzindo simplesmente mão-de-obra para as exigências conjunturais do mercado de trabalho, sem se preocupar com a produção de um saber crítico e emancipador, por exemplo.

Observa-se que, na maioria das Universidades Públicas, o financiamento destinado à realização de projetos de extensão é bastante baixo. Apesar do aumento no investimento em pesquisas, estas muitas vezes dependem de recursos privados, estando atreladas aos interesses de seus financiadores, o que impede que elas possam ser socialmente referenciadas. Além disso, dentro dos planos de carreiras dos docentes observa-se um peso muito maior à realização de pesquisa em detrimento da docência, que obriga o professor destinar um tempo substancial de seu trabalho na produção de numerosos artigos.

Neste sentido, precisamos refletir sobre quais são os reais interesses que movem a universidade pública no país, visto que há influências do setor privado para que pesquisas sejam feitas para beneficiar interesses de mercado. Enquanto isso, é notável a precarização da formação profissional e do

trabalho acadêmico, especialmente após o REUNI. A elevação do número de alunos por turma e a criação de cursos de curta duração são uma forma de acelerar a formação e desvinculá-la da pesquisa, transformando as universidades públicas em meras “universidades de ensino”. Neste cenário, observa-se que a ausência de fomento à extensão universitária faz com que a Universidade pouco dialogue, efetivamente, com a comunidade na qual está inserida: um modelo de Universidade Pública que não está socialmente referenciada e atenta às reais demandas da população.

1.4. O que vem por aí?

Além disso, está sendo discutido entre reitores das federais e MEC uma nova proposta de expansão: o Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais, que vem sendo chamado de REUNI 2. Na visão dos reitores, o período pós-REUNI exige uma nova proposta de expansão das universidades. Em termos de vagas, está sendo proposta a ampliação das vagas no período noturno e nos programas de pós-graduação, e o incentivo ao EaD.

Podemos compreender que se o REUNI teve um caráter mais quantitativo, por conta do aumento de vagas e da criação de novos campi e universidades, o REUNI 2 tem como objetivo central oferecer diplomas mais qualitativos, buscando a expansão da pós-graduação. Gustavo Balduino, secretário-geral da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), afirma que o programa visa uma formação mais flexível, com o intuito de incentivar uma maior abertura para a criação de cursos e a adequação de currículos baseada nas “necessidades estratégicas” do país. Além disso, incentiva a valorização de empreendedorismo na pós-graduação e pretende criar programas de “incubação” dos cursos de pós-graduação facilitando a entrada da iniciativa privada nas universidades. Outro ponto que complementaria a formação dos profissionais com diplomas internacionalmente reconhecidos seria a aposta na intensificação de intercâmbios, como o programa “Ciência sem fronteiras”. Neste caso, é notável a priorização da formação em carreiras de interesse imediato do mercado, uma vez que as carreiras das ciências humanas estão excluídas deste programa. Além disso, em seu texto, o REUNI 2 afirma buscar o estreitamento de relações com empresas no âmbito da formação continuada e da pesquisa aplicada.

Por isso, reivindicamos:

- 10% do PIB para educação pública já!
- Financiamento destinado para a conclusão das obras inacabadas do REUNI.
- Valorização de docentes e trabalhadores técnicos administrativos
- Contratação de mais docentes com dedicação exclusiva!
- Pela regulamentação do ensino nas universidades privadas. Exigimos gestão democrática, autonomia e políticas de permanência!
- Congelamento das mensalidades, contra o aumento!

1.5. Democracia nas universidades já!

Em todo Brasil, uma das principais e mais históricas lutas do movimento estudantil é pela democracia nas universidades, sob o ponto de vista das estruturas de poder internas e das tomadas de decisão.

As instituições de ensino superior ocupam um espaço central em qualquer sociedade. No Brasil, por exemplo, as universidades movimentam orçamentos que, embora muitas vezes insuficientes, despertam interesse de muitos setores sociais. Ao mesmo tempo, formam cidadãos e produzem conhecimento e pesquisa que influenciam diretamente o desenvolvimento econômico do país. Em resumo, a própria universidade é um espaço de poder e, por isso, objeto de disputas.

Historicamente, a elite brasileira busca manter as universidades inteiramente sob seu controle. Expressão disso é o próprio acesso a elas, ainda um horizonte muito distante da maioria da população. E o mesmo se passa na administração e nas estruturas de poder. Para a elite, é fundamental manter as universidades sob seu “controle”.

A maneira como os reitores são eleitos expressa de maneira clara isso. Em boa parte das universidades do país, ainda não há eleições diretas para reitor e, onde elas existem, muitas vezes não se respeita o critério paritário nas votações (1/3 para estudantes, 1/3 para professores, 1/3 para funcionários). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), responsável por regularizar o sistema de educação do Brasil de acordo com nossa Constituição, estabelece para as instituições públicas de ensino superior a chamada “gestão democrática”. Na última reforma feita na lei, em 1996, no governo FHC, estabeleceu-se que, nessa gestão, os professores têm peso de 70% nos colégios eleitorais de escolha de dirigentes, ficando os outros 30% divididos entre estudantes e funcionários.

Deve se destacar, primeiramente, que muitas universidades ainda sequer respeitam a já antidemocrática LDB. É o caso das Universidades Estaduais Paulistas e, entre elas, principalmente a USP, em que não há eleições diretas, menos de 5% da comunidade universitária têm direito a voto e, entre estes, mais de 80% são professores. No caso das faculdades particulares, também, a democracia é um horizonte completamente distante. Isso por conta da falta de regulamentação pelo poder público dessas instituições, que adotam cada uma o modelo que mais lhes interessam. Exemplos disso são a UNIP e a UNINOVE, nas quais os reitores são os presidentes da respectiva mantenedora.

Seguindo um mapeamento dos modelos de eleição para reitor no Brasil, entre as 54 Universidades Federais, 16 atualmente adotam a rigor a LDB, com voto direto com peso 70%-15%-15%. Outras 37 Universidades — a maioria, felizmente — já adotam o sistema direto e paritário, como resultado da luta histórica do movimento social. Entretanto, todas essas universidades ainda mantêm a chamada *lista tríplice*. Ou seja, os processos eleitorais, nas Universidades Federais, indicam os três nomes mais votados, entre os quais o Ministro da Educação pode escolher o de sua predileção! A lista tríplice existe também nas Universidades Estaduais Paulistas, sendo o governador do estado quem escolhe o reitor! E, nas Universidades Particulares, a PUC, um raro caso em que existe eleição direta e paritária, também existe lista tríplice, sendo o cardeal (!) quem escolhe o reitor, como vimos recentemente na PUC-SP. A lista tríplice é um aberrante desrespeito à autonomia universitária.

1.6. Fortalecer a luta por democracia e diretas para Reitor em todo Brasil!

Enquanto organização de juventude, nós, do **JUNTOS!**, buscamos nos formar politicamente sobre a educação brasileira com o objetivo de melhor intervir nas lutas que travamos.

Estudar a maneira como os reitores são eleitos Brasil afora demonstra que em quase todas universidades do país existe um grande déficit democrático, que se traduz em várias questões cotidianas e é capaz de sensibilizar muitos estudantes. Quando não há democracia na universidade, conseqüentemente os estudantes e o conjunto da comunidade universitária não podem influir nos rumos das instituições, nos currículos de seus cursos, nas políticas de permanência estudantil etc. Essa situação, somada ao caráter quase “despótico” de muitos reitores do Brasil, como Rodas na USP e Anna Cintra na PUC-SP, acentua a contradição democrática nas universidades, abrindo espaço para a luta estudantil.

A universidade em que acreditamos é aquela em que os três setores que de fato a constroem — professores, funcionários e estudantes — tenham vez, voz e voto nas decisões dos rumos das instituições. Por isso, o **JUNTOS!** e a maior parte do movimento estudantil conseqüente do país defendem as eleições diretas paritárias para reitor (1/3 estudantes, 1/3 professores, 1/3 funcionários). Alguns setores do movimento estudantil chegam a defender o chamado “poder estudantil”, com votação direta e peso de 1 voto por cabeça, ou seja, franca maioria dos estudantes, o que não consideramos o mais adequado, inclusive sob o ponto de vista da unidade entre o movimento social universitário, de estudantes, professores e funcionários.

Uma universidade capaz de construir uma sociedade mais justa é também uma universidade que, nos seus espaços internos, preza pela democracia. Enfrentamentos históricos — como a greve do 1/3 em 1962 — e atuais, como a luta da PUC-SP, demonstram a importância e o potencial de luta da pauta. Em todo Brasil, nas faculdades públicas e privadas, o **JUNTOS!** exige: democracia na universidade já!

Por isso, reivindicamos:

- Eleições diretas e paritárias para reitores!
- Fim das listas tríplices! Em defesa da autonomia universitária!
- Paridade nos conselhos departamentais e gerais!
- Liberdade de organização e manifestação políticas!

1.7. Da minha vaga eu não abro mão!

Com a expansão do ensino superior nos últimos anos, vimos mais jovens entrando no ensino superior. Hoje, no Brasil, o simples acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) traz possibilidades de ascensão e melhoria nos contratos de emprego. No entanto, ao mesmo tempo que houve essa expansão, não houve a preocupação em manter esses estudantes na universidade.

Esta precarização do ensino superior acarreta na inevitável evasão universitária. No ano de 2007, segundo dados do MEC, apenas 58,1% dos ingressantes de quatro anos antes conseguiram concluir seus cursos. Porém os problemas não concentram-se apenas nas universidades públicas. Nas universidades particulares o índice de evasão chega a 72,6% dos estudantes.

Esta necessidade ficou muito clara durante a greve das federais, onde os estudantes através de sua mobilização desnudaram o REUNI e mostraram como a aplicação irresponsável do projeto precarizou diversas IFES pelo Brasil afora. O ponto em comum das diversas greves estudantis foi a luta por estrutura adequada, ampliação de investimento na educação, assistência estudantil e por política de

permanência. Problemas dessa expansão, como a falta de restaurantes universitários e a insuficiência de bolsas, dificulta a permanência dos estudantes de baixa renda nas universidades.

As causas destes altos índices de evasão são muitas. Uma das principais é quantidade alta de trabalhadores-estudantes que, sem bolsas de apoio aos estudos, acabam abandonando a universidade. Em relação ao PROUNI, o simples fato de isentar os estudantes de pagar mensalidades não garante a sua permanência, visto que os gastos de um estudante não se resumem a isso, como as despesas com material didático. Se queremos democracia no ensino superior, é fundamental lutarmos por financiamento e política de permanência estudantil.

Por isso, reivindicamos:

- Destinação de 2 bilhões de reais para o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil).
- Ampliação das políticas de permanência em todos os campi, incluindo construção de moradias, transporte gratuito, circular interno e ônibus intercampi, restaurantes universitários e bolsas de estudos.
- Passe-livre para todos os estudantes!
- Pela criação de Pró-reitorias de Acesso e Permanência, com dotação orçamentária própria, vinculada ao orçamento das universidades, gerida por um conselho paritário como forma de garantir uma política institucional de permanência estudantil democrática e isonômica entre os diversos campi.
- Que os critérios de concessão de bolsas sejam socioeconômicos, não meritocráticos, que seu valor seja vinculado ao salário mínimo, e que estas não tenham como contrapartida o trabalho para a universidade.
- Autonomia na gestão das moradias e democracia na gestão dos espaços e processo seletivo.
- Gratuidade de todo o material didático necessário. Disponibilização dos textos exigidos nas bibliotecas e pela internet.
- Direito à licença-maternidade e paternidade para as alunas e alunos com bolsas; extensão dos horários e prazo para entregas de trabalhos e provas.
- Refeição para filhos em idade escolar de membros da comunidade universitária (trabalhadores da universidade, trabalhadores da universidade terceirizados, estudantes de cursinhos populares dentro da universidade e professores) no restaurante universitário, com o aumento do quadro de funcionários para tal.

1.8. Acessibilidade também é democracia!

A sociedade em que vivemos ainda não está adaptada para acolher as pessoas com deficiência, e nas universidades não é diferente. Mas já é possível enxergar alguns avanços. É preciso comemorar aquilo que conseguimos e continuar procurando aprimorar esse processo, reivindicando mais verbas em todas as universidades para incluir todos os tipos de deficiência.

Por isso, reivindicamos:

- Adaptação dos ambientes (rampas, barras de apoio, corrimãos, pisos, sinalização tátil e elevadores) com planejamento adequado.
- Disponibilização de livros em Braille nas bibliotecas.

- Aquisição de computadores com interface de acessibilidade, impressora braille, lupa eletrônica e outros materiais didáticos e pedagógicos.
- Intérpretes habilitados com as Libras.

1.9. Das cotas raciais à eliminação do racismo nas universidades: ousar, lutar e vencer.

A luta dos movimentos sociais, em especial o movimento negro e o movimento estudantil, fez possível a adoção das políticas de cotas raciais nas instituições de ensino brasileiras. Estas, que começaram como ações isoladas a critério de cada universidade, hoje estão consolidadas enquanto política pública, regulamentadas por lei e representam um forte avanço na democratização do acesso ao ensino superior. Não foi sem luta que chegamos até aqui, mas é necessário mais. Para além do acesso é necessário permanência. É imprescindível que a assistência estudantil seja garantida e ampliada para além da moradia, transporte e alimentação. Não podemos aceitar que nenhum estudante evada por não ter condições de acessar o material didático e, mais importante, não podemos nos calar diante da ofensiva racista que temos presenciado nos últimos tempos.

Recentemente presenciamos na UFMG um forte episódio de racismo, praticado pelos estudantes, dentro da universidade. A justificativa é mesma: “não é racismo, temos amigos negros, não passa de uma brincadeira”. Brincadeiras como estas perpetuam-se no ambiente estudantil, causam dor e também causam morte. A tentativa reiterada de inferiorizar o negro repete-se nas abordagens policiais, replica-se nos assassinatos cometidos pelos agentes, que primeiro atiram e depois perguntam. Ainda é necessário afirmar, dizer, lutar para que a universidade seja um espaço de pluralidade racial.

Não basta apenas que o governo ratifique leis. Para que as cotas raciais sejam ampliadas e efetivadas é necessário massivo investimento na educação e acompanhamento incansável dos avanços e perspectivas que se impõe a essa nova realidade. É preciso dizer que, nos últimos dez anos, o aumento do número de negros e negras nas universidades federais brasileiras foi apenas de 1,8%, ou seja, ainda é necessário construir mecanismos efetivos de acesso.

Estamos **JUNTOS!** para virar a maré e afogar o racismo institucional. Estamos **JUNTOS!** por outro futuro na educação superior. Um futuro onde nenhum estudante seja pré-julgado pela cor da sua pele.

1.10. Democracia Real também no acesso!

Às vésperas do natal de 2012, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, apresentou uma proposta de reserva de vagas nas universidades estaduais paulistas. O PSDB, que sempre esteve contrário às políticas de ações afirmativas no acesso ao ensino superior para estudantes de escola pública e negros, viu-se obrigado, por pressão dos movimentos sociais, a defender cotas. Entretanto, a proposta mais exclui que inclui e mantém a universidade como um ambiente privilegiado de sociabilidade da elite branca.

O recuo do conservadorismo ocorreu após derrota sofrida pelo DEM (coligado do PSDB em SP), que entrou com ação judicial para que se declarasse inconstitucionais as cotas raciais e sociais. Entretanto, os juízes do STF optaram por julgar a questão do ponto de vista da justiça material, que considera a situação atual do que se julga, a sua história, e não uma abstração descolada da realidade. Isso permitiu a aprovação da lei que institui cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Ao olharmos para a realidade, percebemos que estamos bem longe de uma democracia racial, principalmente quando falamos em acesso à educação. De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, os brancos dominam o ensino superior no Brasil: do grupo de brasileiros com idade entre 15 e 24 anos inscritos em curso de graduação, 31,1% eram brancos, 13,4% eram pardos e 12,8% eram pretos. E a situação nos cursos considerados de “elite” é ainda pior: na Medicina, por exemplo, apenas 5% dos estudantes provêm de famílias cuja renda média é inferior a três salários mínimos, enquanto em licenciatura em matemática e em pedagogia, cerca de 40% têm origem nesses mesmos grupos econômicos, segundo o INEP.

A reserva de vagas, diferente das políticas de bonificações (pontos “extra” nos processos seletivos), é o que hoje consegue tornar o acesso ao ensino superior mais plural e democrático. Estudos indicam que, no caso da UERJ, pioneira na adoção de ações afirmativas, se o total de vagas fosse dobrado mas não houvesse cotas, o número de estudantes de baixa renda na universidade não passaria de 10%. Atualmente, 45% das vagas são reservadas para quem tem renda *per capita* de até R\$ 960,00. Já a USP, através da política de bônus, sequer atinge a meta de 30% de alunos de escola pública.

As bonificações, ou mesmo a preparação em cursinhos pré-vestibulares, pouco contribuem para alterar *quem* acessa o ensino superior hoje, pois não alteram as estruturas originais de exclusão que deixam de fora a maioria dos negros e pobres. No mesmo caminho está o PIMESP, Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista, proposto pelo governador Alckmin em São Paulo.

O PIMESP se apoia no mito de que os estudantes cotistas não conseguiriam acompanhar os cursos de graduação e reduziriam a qualidade do ensino. Assim, propõe um ensino diferenciado aos cotistas, mantendo-os longe da universidade. Esses estudantes teriam que passar por um “cursinho” de 2 anos, à distância (o chamado *college*), tendo aulas de “Profissionalização, Inovação e Empreendedorismo” e “Liderança e Trabalho em Equipe” e outras disciplinas genéricas. Entretanto pesquisas realizadas pela UNB, UFBA e UFPA provam que os cotistas possuem desempenho igual ou superior aos demais estudantes; a taxa de evasão, apesar da precária estrutura de permanência estudantil das universidades em geral, também se mantém igual ou superior.

Assim, para que tenhamos uma universidade mais plural que cumpra com seu papel social de construir uma sociedade mais justa e igualitária a partir da democratização do conhecimento, precisamos lutar pela democratização do acesso ao ensino superior.

Por isso, reivindicamos:

- Cotas sim, PIMESP não!
- Consolidação e ampliação da reserva de vagas para negros e estudantes oriundos de escola pública. Que haja desvinculação das cotas raciais e sociais!
- Expansão de vagas em cursos noturnos, com garantia de financiamento e aumento de políticas de permanência estudantil.

1.11. JUNTOS! Contra a privatização dos Hospitais Universitários!

O Governo Dilma, por meio da Lei nº 12.550/2011, criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para gerir Hospitais Universitários (Hospitais-escola) do país, tendo como um

dos argumentos a incapacidade em resolver o problema da precariedade da administração desse serviço por parte do Governo Federal e das direções das IFES.

Consideramos sua implantação uma séria ameaça ao Sistema Único de Saúde (SUS), por: a) ser uma afronta ao caráter público dos Hospitais Universitários (HUs) e à sua característica nata de instituição de ensino vinculada às universidades públicas; b) pôr em risco a independência das pesquisas realizadas no âmbito dos HUs; c) ser uma forma de precarização, já que flexibiliza os vínculos de trabalho com o fim dos concursos públicos; d) representar prejuízo para a população usuária dos serviços assistenciais prestados pelos hospitais-escola, pois seu acesso se tornaria menos democrático; e) representar um risco de dilapidação dos bens públicos da União, ao transferi-los a uma empresa de direito privado.

Como podemos perceber, a EBSERH não resolve os problemas dos HU's, entretanto, serve para aprofundar a precarização do serviço público na área saúde, ferindo a autonomia universitária e aprofundando a transformação dos serviços de saúde em mercadoria. Por tudo isso, vamos participar e construir o plebiscito contra a EBSEH. Estamos **JUNTOS!** em defesa da saúde pública de qualidade!

Por isso, reivindicamos:

- Contra a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares)! Saúde é direito e não mercadoria! Pela garantia da saúde e repasse de verbas proporcionais às demandas e pela valorização do SUS.
- Pela construção do plebiscito nacional sobre a EBSEH

2. COMISSÃO DA VERDADE E MEMÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

2.1. Rediscutir a transição brasileira: a comissão da verdade e a luta por justiça!

No início de março deste ano, uma notícia causou espanto a todos os que reivindicam, em seus diversos matizes, a democracia: uma bomba, plantada no prédio da OAB-RJ, explodiu após o ex-presidente da entidade, que agora conduzirá os trabalhos da Comissão da Verdade mantida por essa entidade, ter sofrido ameaças por telefone. Pressões desse tipo têm acompanhado a discussão em torno da busca pelo direito à verdade no Brasil há anos. Após ceder a boa parte delas, os governos do PT, diferentemente do que ocorreu em outros países latino-americanos, optou por uma busca de “justiça parcial”, o que na prática significa a manutenção da injustiça e da impunidade. Afinal, aqui não se estabeleceu, como em Argentina, Uruguai e Chile, a possibilidade de julgamento e punição dos envolvidos em torturas, assassinatos e perseguições.

As comissões da verdade, nacionais, estaduais e conduzidas por entidades, poderão investigar acontecimentos e contribuir para que o povo brasileiro tenha acesso a informações que os militares golpistas e todos os civis – na política e no empresariado – que com eles colaboraram gostariam de esconder. No entanto, a depender do que pactuaram Lula e Dilma, estas serão as únicas iniciativas. Nada de julgamento e punições aos torturadores e assassinos da ditadura. Nenhuma discussão sobre a revogação da Lei da Anistia, que é válida tanto para os presos políticos e perseguidos da ditadura quanto para os torturadores. Aliás, a possibilidade de uma investigação irrestrita também está ameaçada pelo fato de uma série de órgãos militares e civis dificultarem o acesso aos documentos e mesmo

destruí-los. Dilma, somente no dia 05/03 decidiu exigir a transferência dos documentos sobre o período da ditadura para o Arquivo Nacional.

A luta pela reparação histórica aos que foram perseguidos pela ditadura militar brasileira tem chamado a atenção da juventude. O **JUNTOS!** também é parte dessa luta! No Brasil, o regime democrático inaugurado após 1985, com a Constituição de 1988 e a sequência de eleições diretas iniciada em 1989 foi conquistado pela pressão das ruas, do movimento operário e estudantil. Porém, por cima, a burguesia e a cúpula militar tiveram força suficiente para que a estratégia de Geisel e Golbery da “abertura lenta, segura e gradual” ditasse em parte os rumos da transição brasileira. Por isso, temos que ser parte, hoje, da luta pela verdade e pela justiça. Uma série de lacunas democráticas que vemos hoje em nosso país têm relação com a transição realizada naqueles anos.

As lutas por reivindicações de direitos democráticas no nosso país estão em sintonia e são o fio de continuidade da luta por investigação, punição e reparação dos crimes cometidos na ditadura. É uma necessidade avançar na discussão sobre o legado da ditadura em nosso país, inclusive para aprofundar o significado das lutas do presente. Isso se exemplifica pelo fato de figuras centrais da ditadura, como por exemplo o deputado e ex-governador biônico Paulo Maluf e José Sarney, senador, ex-membro da ARENA e ex-presidente, seguirem ocupando posições-chave no aparato do Estado e serem da base de apoio ao governo do PT e de Dilma Rousseff, ex-guerrilheira torturada nos porões da ditadura. Ou o fato de que o PP (um dos partidos herdeiros da ARENA) de Jair Bolsonaro, porta-voz reacionário de setores da caserna saudosistas da ditadura, esteja há anos ocupando ministérios. Ou ainda o fato de os governos do PT nunca terem enfrentado decididamente o monopólio das comunicações ainda hoje conduzido por famílias que apoiaram o golpe e enriqueceram com a ditadura: os Frias, os Marinho, os Mesquita, os Civita... Sabe-se, por exemplo, que quadros do SNI (Serviço Nacional de Informações) que atuaram a serviço do regime militar na repressão ainda permanecem nas esferas do estado. Caso marcante é o do órgão de estado ABIN – Agência Brasileira de Inteligência – que concentra uma parcela importante das informações nas mãos dos que atuam contra a verdade e justiça.

Temos a necessidade de recontar e reconstruir a história do Brasil, particularmente a do período dos “anos de chumbo”, marcados pela profunda repressão política, pelo “pau-de-arara” e pela recessão das liberdades democráticas, período que a UNE, assim como uma grande parcela do povo brasileiro, vivenciou nos anos de 1964 até o final dos anos 80. Segundo a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, “cerca de 50 mil pessoas teriam sido detidas somente nos primeiros meses da ditadura; cerca de 20 mil presos foram submetidos a torturas; há 354 mortos e desaparecidos políticos; 130 pessoas foram expulsas do país; 4.862 pessoas tiveram seus mandatos e direitos políticos suspensos, e centenas de camponeses foram assassinados.”

Conhecer profundamente nosso passado, nossa história, por mais dolorosa que seja, significa ter a clareza e a certeza que não voltaremos a esses tempos e que sabemos para onde caminhar. Na América Latina, por exemplo, experiências de abertura de arquivos secretos de regimes ditatoriais como no Chile e Argentina foram fundamentais para avançar a democracia nessas nações. Pelo direito à verdade, por justiça e pelo fim da impunidade, estamos **JUNTOS!**

Por isso, reivindicamos:

- Pelo direito à verdade, por justiça e pelo fim da impunidade!
- Pela imediata abertura dos arquivos da ditadura.

- Revisão da lei de anistia. Julgamento e punição dos envolvidos em torturas, assassinatos e perseguições.

3. EM DEFESA DO TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE E PELO PASSE-LIVRE!

3.1. Em todo o Brasil a luta contra o aumento das passagens ganha força e juntos é possível vencer

Trânsito insuportável, ônibus, metrô e trens insuficientes, lotados e mal cuidados... Quem não conhece essa realidade do transporte público? Esse sucateamento também acontece na educação, na saúde, na cultura, no esporte... Quando os governantes não cumprem sua obrigação e não há investimentos públicos suficientes, esses direitos são negados e as desigualdades sociais aumentam, porque a população que mais precisa não pode pagar por serviços privados. Hoje, o “Direito à Cidade” só existe para quem pode pagar.

No caso dos transportes isso é gravíssimo, já que em grande parte das cidades é impossível ir de um lado para outro sem meios de transportes públicos coletivos. E sem consultar a população, as prefeituras decidem como vai ser oferecido o transporte de ônibus, sua qualidade, sua frequência, o número de linhas e – principalmente – o preço. Todo ano é assim: para manter os altos lucros dos empresários que detêm a concessão do serviço de transporte, tarifas cada vez mais absurdas são cobradas por um serviço insuficiente e de má qualidade. Afinal, quanto menor o gasto em conforto, número de linhas e maior o preço da passagem, mais ganham os donos das empresas.

Além do trânsito caótico e entupido de automóveis individuais, a falta de transporte coletivo de qualidade gera outro grande problema: as escolas, teatros, parques, praças e hospitais públicos são menos públicos e acessíveis, uma vez que estão normalmente concentrados nas regiões centrais, sendo necessário que a população tenha que se virar para pagar uma passagem ou comprar um carro, o que acaba pesando muito mais para os mais pobres.

Transporte de qualidade é direito de todos, é direito à cidade! E deveria ser público e gratuito para combater esse modelo urbano injusto e desigual. Por isso, a juventude contra os aumentos das passagens, pelo passe livre e pela tarifa zero há anos tem ganhado as ruas das cidades. Nesse movimento tem se somado cada vez mais gente, desde os estudantes de cursinhos – que nem sequer têm direito à meia passagem! – até os trabalhadores que já se cansaram da falta de direitos.

3.2. Em Porto Alegre a luta da juventude virou a Maré!

Porto Alegre mudou. E não foram apenas os adesivos improvisados nas portas do ônibus indicando a revogação do aumento da passagem. A cidade, neste início de abril de 2013, está diferente. O povo experimentou a sua força. Desde janeiro o Bloco de Luta pelo Transporte Público, grupo do qual a Oposição de Esquerda da UNE faz parte, através de alguns coletivos como o **JUNTOS!**, vem realizando atos contra o aumento da passagem, pela manutenção dos direitos e por melhorias no transporte público.

Os atos começaram com 150 pessoas, foram para 300, 1000 até que na quarta-feira, dia 27/03, mais de 3mil pessoas protestaram em frente à Prefeitura.

Na tarde do dia 1 de Abril, o prefeito José Fortunati (PDT) se reuniu com entidades estudantis “fantasmas”, compostas por pessoas da sua base aliada, para “debater” o aumento da tarifa. A juventude indignada respondeu com força. Às 18h, 10 mil pessoas tomaram as ruas de Porto Alegre. A maior manifestação dos últimos tempos passou em marcha pelos terminais de ônibus e recebeu apoio de trabalhadores, rodoviários, idosos. A correlação de força já se demonstrava alterada. Mas ainda não era o suficiente.

Um novo ato foi marcado para quinta-feira, dia 4. Chovia torrencialmente em Porto Alegre, milhares de pessoas mais uma vez se apresentaram em frente à Prefeitura. Um pouco antes da hora marcada para saída da marcha, um jogral avisava que o aumento da passagem havia sido revogado. A liminar exigindo a revogação do aumento elaborada pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, da bancada do PSOL, havia sido deferida. A comemoração foi geral. Outra grande vitória. A marcha seguiu. Todos lembravam que era uma decisão temporária.

Logo à noite, a Prefeitura anunciou que não recorrerá. Iria cumprir imediatamente a ordem da justiça. Foi a vitória de um movimento que se deu em todas as esferas. Com uma forte mobilização nas ruas e através da ação ousada dos vereadores do PSOL. Sem pressão não haveria esta vitória. A juventude indignada tomou às ruas de Porto Alegre e virou a Maré!

4. A LUTA DAS MULHERES FAZ VIRAR A MARÉ

Atualmente, vemos a luta feminista ganhando uma nova dimensão pelo mundo. Desde a revolução árabe, os atos do 8 de março, em comemoração ao dia internacional de luta das mulheres, voltaram a ser articulados no norte da África. São milhares de Marcha das Vadias em diversos países e cidades que recolocaram as mulheres, principalmente as jovens, para lutar pelos seus direitos. Na Índia, acompanhamos à reação das mulheres frente a impunidade e a negligência do governo em relação a violência contra as mulheres. As mobilizações se intensificaram por todo Sudeste Asiático.

Ao mesmo tempo que vemos avanços, ainda há muito o que lutar. Se é uma vitória do movimento a afirmação de mulheres em cargos de direção, isso por si só é insuficiente pra mudar a vida das mulheres e do povo. Exemplos disso são Dilma, Merkel e Kischner, que protagonizam políticas de austeridade e retirada dos direitos em seus países. Por isso, é necessário que as mulheres continuem se organizando contra o machismo e por seus direitos.

4.1. A mulher na universidade

As mulheres hoje são maioria nas universidades públicas e privadas. Cerca de 56% dos universitários são mulheres, segundo o INEP. A pesquisa aponta ainda que as mulheres são maioria desde o ensino básico. Um estudo da ONU revela mais: 51% dos estudantes universitários no mundo são mulheres. No entanto, estamos um pouco longe ainda de derrotar o sexismo nas universidades. Sabemos, por exemplo, que esses percentuais não estão divididos igualmente entre todos os cursos. É visível que há uma divisão de cursos que são para mulheres e para homens, como os da saúde e educação e outros das engenharias e exatas. Essa distribuição acaba reforçando que as mulheres

acabam ocupando as áreas de preparação do ensino secundário, humanística e assistência social e médica, enquanto homens se destinariam as áreas mais valorizadas no mercado de trabalho. É necessário rompermos esse tipo de barreira, homens e mulheres devem cursar livremente, sem rechaço social, as graduações que lhes foram de agrado.

Mulheres universitárias também apresentam demandas específicas que envolvem desde mais bolsas de permanência estudantil à creches universitárias, aula em domicílio ou a licença-maternidade de 6 meses para mulheres e homens. Em muitos hospitais universitários, não existem programas voltados à saúde da mulher. Outro déficit frequente é ausência de segurança nas universidades. Em diversos campi falta iluminação, asfaltamento e ônibus circulares, o que coloca as mulheres em uma situação de insegurança ainda maior. Casos de estupro nas universidades não são raros pelo país. E a ausência de preparo dos trabalhadores que fazem a segurança universitária para lidar com tais caso muitas vezes acarreta no agravamento do problema, que em geral acaba sem assistência.

Mulheres sofrem as consequências do machismo dentro e fora das universidades, são alunos, professores e funcionários que muitas vezes praticam o machismo nas salas de aula e corredores. Um exemplo disso é o período das calouradas, onde veteranos sentem-se no direito de humilhar as calouras. Esse é o caso do Miss Bixete, “concurso” de beleza e que as calouras são humilhadas, que ocorre todo começo de ano na USP São Carlos. Em diversas universidades, eventos como esse são organizados.

É necessário que a reitoria, o movimento estudantil e demais setores tenham em suas prioridades a discussão sobre o combate ao machismo dentro da universidade e não se feche na equivocada ideia de que na universidade o preconceito não entra. Lutamos por uma universidade livre e não sexista, onde o conservadorismo não nos toque, nem nos forme.

4.2. A mulher no movimento estudantil

Infelizmente, ainda não é possível afirmar que o machismo não está presente no nosso cotidiano. Por isso, ele acaba se reproduzindo no movimento estudantil, o que acaba afastando as mulheres de seu espaço (reuniões, atos, assembleias, debates). O machismo se reproduz quando as mulheres não se sentem encorajadas a participar dos espaços de decisão ou a terem uma participação mais protagonista, como fazer falas em público. Ou mesmo em casos mais graves de agressão e difamações dirigidas às mulheres dirigentes. Para superarmos isso é necessário que o movimento feminista e o movimento estudantil andem lado a lado.

É preciso fortalecer e incentivar a participação das mulheres na política, com a construção de espaços cada vez mais democráticos e respeitosos. A luta contra o machismo também é a luta por uma universidade mais democrática, na tomada de decisões e no acesso! Quando lutamos por democracia, por financiamento e permanência, também estamos lutando pelo direito das mulheres.

Por isso, reivindicamos:

- Mais creches, e creches em todos os campi, em período integral.
- Bolsa maternidade/paternidade por seis meses.
- Direito à licença maternidade nas bolsas existentes.
- Punição a agressores sexistas que frequentam a moradia: nenhuma mulher deve deixar a moradia por sofrer violência!

- Construção de moradia adequada para pessoas com filh@s nos campi onde isso não existe, e ampliação nos campi onde existe.
- Contra a expulsão das moradias das mulheres que são mães.
- Flexibilização das regras da graduação para as mulheres que são mães.
- Contratação e treinamento de médic@s e outros funcionári@s para o atendimento nos Hospitais Universitários à mulher, incluindo a contratação de mais ginecologistas, obstetizes e equipes capacitadas para lidar com situações de violência.
- Segurança universitária com treinamento para atender casos de violência, e contratação de mais mulheres, com caráter preventivo e treinamento baseado no respeito aos direitos humanos e à diversidade de gênero, sexualidade e etnia.
- Melhor iluminação dos campi
- Cobrar da universidade políticas de combate às opressões e de incentivo à diversidade.
- A universidade deve reconhecer a violência contra a mulher como um crime, tomando as providências necessárias para punir responsáveis. Os dados devem ser públicos.
- Contra a violência e o assédio moral em todos os níveis.

5. Na luta por direitos somos tod@s LGBTs indignad@s!

As lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais estão em movimento. Estamos vivenciando uma conjuntura de muito enfrentamento à homofobia e ao pior do conservadorismo no cenário nacional. Neste processo, o Movimento LGBT vem se transformando. Depois de um longo período de cooptação de “lideranças” promovida pelo governo federal e partidos da base governista, novos atores vem surgindo e retomando a tradição de ocupar as ruas e lutar por direitos.

Alguns elementos nos expõem os grandes desafios que estão postos e alguns dos responsáveis pelas amarras que nos oprimem e impedem o nosso fortalecimento e libertação. O Brasil é hoje o líder no ranking de assassinatos cometidos a LGBTs no mundo. Apenas em 2012, foram 338 mortes por motivos de homofobia, um crescimento de 20% em relação a 2011, afóra os espancamentos e assédio moral que deixam profundas cicatrizes em cada uma das vítimas.

Em meio a esse cenário, vimos o governo federal erguer a “bandeira” da governabilidade acima de qualquer avanço para a comunidade LGBT. Nossos direitos foram vendidos pela presidente Dilma, PT, Pcdob e pelo - aliado do governo – PSC, no sujo balcão de negócios da velha política. É preciso que a política anti-homofobia avance, com o desengavetamento do PLC 122 (que criminaliza a homofobia).

Durante os últimos 10 anos, acompanhamos o fortalecimento político das bancadas fundamentalistas religiosas, o qual se explica pela abertura dada a elas pelo governo federal em pautas estratégicas e pelo abandono por parte do PT, PCdoB e aliados das bandeiras LGBTs. Todos esses fatores impuseram algumas derrotas ao movimento: em 2011, o kit anti-homofobia, material didático que seria distribuído nas escolas públicas para promover debates sobre diversidade sexual e preconceito foi vetado por Dilma Rousseff após pressão da bancada evangélica, que prometia abrir a CPI do Palocci. Neste ano, o kit educacional para debater sexualidade e prevenção a AIDS também foi vetado pelo Ministério da Saúde, por pressão da mesma bancada. O maior golpe sem dúvida foram as

negociatas que levaram o pastor racista e homofóbico Marco Feliciano (PSC) a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

As respostas vieram das ruas, e o movimento estudantil fortaleceu os protestos pela saída de Feliciano pelos quatro cantos do Brasil. Ao passo da ofensiva conservadora, a força das ruas e dos LGBTs indignados também ganhou muito espaço. As manifestações ganharam amplitude e a simpatia de muitos setores. E também abriram a possibilidade para que celebridades aderissem à bandeiras históricas do Movimento LGBT, como o Casamento Civil Igualitário, e para que outras tantas pudessem sair do armário, como Daniela Mercury. Jean Wyllys, do PSOL-RJ, foi protagonista na luta em defesa dos direitos humanos. Foi a figura pública do movimento a nível nacional, comprou brigas com Feliciano, Jair Bolsonaro e Silas Malafaia, e abriu espaço para importantes debates feitos na Câmara e na mídia. É o elo entre as praças e o parlamento, fazendo eco as vozes dos milhares de militantes na Câmara Federal.

Nas universidades brasileiras, o reflexo da ausência de políticas do governo de enfrentamento à homofobia é sentida no aumento de casos de violência, nos trotes machistas e homofóbicos que acompanhamos todo o início de semestre e a evidente e preocupante exclusão das travestis e transexuais dos ambientes universitários. A UNE tem dado poucas respostas e poucas movimentações. A entidade segue atada à aliança da direção majoritária com o governismo. Nas mãos da UJS, a entidade nunca demonstrou interesse e comprometimento na promoção do debate e enfrentamento a homofobia e na construção do movimento LGBT. Temos que mudar essa história!

O movimento estudantil independente e os coletivos que compõem a Oposição de Esquerda da UNE foram protagonista nas manifestações contra Feliciano, no fortalecimento e na reorganização do Movimento LGBT no último período e nas denúncias às negociatas que rifaram nossos direitos. Seguimos lutando, seguimos mobilizados, ocupando as ruas e exigindo: aprovação imediata da PLC 122 que criminaliza a homofobia, distribuição do kit anti-homofobia e do kit educacional de prevenção a AIDS nas escolas públicas, em defesa do Estado Laico e pela aprovação do Casamento Civil Igualitário.

É preciso seguir nas ruas lutando pelos direitos democráticos! Afirmamos com orgulho: na luta por direitos somos tod@s LGBTs indignad@s! A maré vai virar contra a homofobia!

Por isso, reivindicamos:

- Casamento civil igualitário já.
- Pelo PLC 122, projeto de lei que criminaliza a homofobia.
- Pelo fim do veto ao kit “escola sem homofobia”.
- Pela distribuição do kit educacional de prevenção a AIDS.

6. MOVIMENTO ESTUDANTIL: NOSSAS LUTAS E NOSSOS DESAFIOS

6.1. Vai virar a Maré: as lutas da juventude rumo ao 53º CONUNE!

Neste mês de abril, a diretoria majoritária da UNE divulgou as fotos de seu último encontro com a presidenta Dilma Rousseff. O grande momento da recente “jornada de lutas da UNE” foi uma civilizada, tranquila e confortável reunião num gabinete climatizado de Brasília. Um papo entre

amigos. Antes de sair, as poses para os fotógrafos mostravam, além de abraços e sorrisos, as bandeiras da entidade nacional dos estudantes, do PT, da UJS e do Levante Popular da Juventude lado a lado com o governo federal.

6.2. A juventude governista está na contramão das lutas

O que chama mais a atenção, no entanto, é o completo silêncio destes coletivos que apoiam o governo a respeito das lutas que comovem a juventude e levam milhares às ruas em todo o país. Infelizmente, a direção majoritária da UNE não reflete a crítica à falência dos partidos e da política, exemplificada pela nomeação de Marco Feliciano, da bancada fundamentalista religiosa, para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e pela presença do notório corrupto e oligarca do PMDB Renan Calheiros na presidência do Senado.

Os acordos podres da velha política, que indignam o povo e a juventude, são parte fundamental do pacto conservador que sustenta o governo Dilma. Nele, cabem figuras como o deputado Jair Bolsonaro, do PP, um dos partidos herdeiros da ARENA, conhecido por suas declarações racistas e homofóbicas e pela defesa aberta da ditadura militar. Como pode a UJS/PCdoB reivindicar a história de lutas da UNE e da juventude que morreu na Guerrilha do Araguaia, sendo parte fundamental das negociatas da Copa do Mundo, cujo Comitê Organizador tem presença decisiva de José Maria Marin, presidente da CBF, ex-governador biônico de São Paulo nomeado pelos generais e deputado estadual da ARENA que denunciou Vladimir Herzog na tribuna como “terrorista” dias antes de sua morte?

Este pacto político está a serviço da manutenção do estado de coisas no Brasil. Não à toa, ano passado, diante da greve das universidades federais, quando a reivindicação do investimento de 10% do PIB em educação mostrou-se uma clara necessidade para a juventude, Guido Mantega, ministro da Fazenda, afirmou que ampliar o financiamento da educação iria “quebrar o país”. Os setores governistas nada podem falar a respeito. Calam-se diante da entrega de quase metade do orçamento federal para os banqueiros, através da famigerada dívida pública. Consentem com a estrutura antidemocrática das universidades país afora. Atrelam-se a este governo e, desse modo, são parte do condomínio político conduzido pelo PT, aplaudido pelos bancos e grandes corporações e que hoje impede a ampliação dos direitos da juventude e do povo. Como parte deste governo, UJS/PCdoB e PT nada têm a oferecer à juventude. Suas defesas retóricas dos 10% do PIB e da destinação das receitas do pré-sal em educação não correspondem à sua prática política e à do governo que reivindicam.

6.3. Democracia também no movimento!

A postura política da majoritária da UNE não está desatrelada das suas práticas no movimento estudantil. Enquanto assistimos uma entidade burocratizada e distante da realidade dos estudantes pelo país, vemos a UJS se mantendo na direção da UNE através do controle da máquina da entidade, transformando-a num aparato a serviço dos interesses particulares da UJS, e de um pacto com o governo federal, que garante massivos financiamentos estatais.

Essas práticas se refletem no cotidiano do movimento. Foi isso que ocorreu no caso da maior greve das federais do ano passado, quando vimos a majoritária da UNE distante dos processos reais de mobilização e negociando com o Ministério da Educação pelas costas do movimento de educação.

Por isso, reivindicamos mais democracia no movimento, reivindicamos essa prática em todos os seus níveis. É pelo exemplo, na construção dos fóruns estudantis, como assembleias, é no debate permanente com os estudantes, através de passagens em sala, que construímos um movimento

estudantil diferente, em consonância com as lutas da juventude. Dando voz e assegurando direitos a quem pensa diferente.

Para a UNE sair da contramão, e voltar a ser uma entidade autônoma e do lado das mobilizações, é preciso uma revolução no seu modo de funcionar. Por isso o **JUNTOS!** defende que a UNE deve ter eleições diretas para sua diretoria. Uma reivindicação antiga, mas que segue atual.

Por isso, reivindicamos:

- Eleições diretas para diretoria da UNE!

6.4. ANEL/PSTU: de que lado você samba?

Muitas das críticas aqui apresentadas são compartilhadas pela ANEL, entidade fundada e hegemônica pelo PSTU, que pretende apresentar-se como alternativa para a reorganização do movimento estudantil brasileiro. No debate com estes companheiros, ficamos felizes por ter convergência em muitas avaliações e pela presença em várias dessas lutas. A questão a se debater, no entanto, é qual a resposta política e organizativa para as lutas que protagoniza a juventude. Qual é o melhor caminho para derrotar a política da UJS, do PT e de seus aliados governistas? São conhecidos os limites da UNE, a falta de democracia em seus espaços e o controle exercido por sua direção majoritária, questões corretamente sublinhadas pelos companheiros do PSTU. Mas, infelizmente, estes companheiros optaram pela via do isolamento e da autoproclamação de sua política, em sua entidade, para os já convencidos, a maioria dos quais militantes de seu próprio partido.

A ANEL está presente, em linhas gerais, apenas onde o PSTU está presente: algumas universidades públicas e nas universidades privadas de elite. Nesta entidade, não é possível alcançar e dialogar com milhões de estudantes brasileiros que começam a criticar, mais e mais, os limites do governo federal. Infelizmente, a política da ANEL/PSTU termina sendo funcional à direção majoritária da UNE. O enfrentamento com a política governista para a juventude acaba se enfraquecendo com isso. Os inúmeros “chamados” do PSTU, vindo de quem unilateralmente rompeu com o conjunto do movimento estudantil combativo, mostram a necessidade desses companheiros de legitimar a existência de uma entidade, que na prática atua como colateral política de seu partido, feita exclusivamente para facilitar sua autoconstrução. Ao chamado das lutas, sempre dizemos presente! Já o chamado para o isolamento, para o hegemonismo de um setor partidário e para o afastamento dos estudantes nós rechaçamos.

6.5. As lutas estão virando a Maré: construir uma forte unidade da Oposição de Esquerda na UNE!

Em todo o país, já se sente a força das lutas da juventude pela radicalização da democracia nas escolas, universidades e no país. O desejo de uma educação pública universal, gratuita e de qualidade motiva o movimento estudantil que protagonizou um dos maiores enfrentamentos sociais do país em décadas. A luta pela ampliação do acesso, através das cotas raciais e sociais, virou o jogo no debate ideológico na sociedade, a ponto de obter o reconhecimento do próprio STF. As mobilizações de mulheres, negras, negros e LGBTs por visibilidade, reconhecimento e direitos ganharam novo capítulo com o enfrentamento contra Marco Feliciano.

Tempos interessantes. Tempos de rua. Tempos de mudança. O **JUNTOS!** quer ser parte dessa maré indignada que se levanta no Brasil e cuja expressão está com os jovens do mundo todo: da Espanha ao Chile dos pinguins; do Egito das praças aos enfrentamentos de Québec, da heroica luta

grega à vitória contra o aumento das passagens em Porto Alegre! De nosso acampamento internacional, recentemente organizado, saímos com a certeza de que somos parte de um novo período.

Para virar a maré da paralisia, do atrelamento aos governos e da falta de democracia, é preciso ampliar nossa unidade! A Oposição de Esquerda, no último período, deu um salto. Esteve presente em todas essas lutas, fez a crítica implacável e permanente à política da direção majoritária da UNE e constrói vários DCEs pelo país. A OE é uma realidade e uma necessidade. Queremos consolidar este espaço nacional, agitando a bandeira da UNE vermelha, que percorre universidades de norte a sul do país. Nesse processo de mobilização nacional e eleição de delegados para o 53º CONUNE, nós temos lado! Estamos com as companheiras e companheiros de vários agrupamentos e coletivos de juventude de todo o Brasil. Somos parte desta grande unidade na diversidade. Queremos outro futuro!